

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

**Elaborado conforme instruções contidas na Portaria STN nº 375, de 08 de julho de 2020
e na Portaria STN nº 709, de 25 de fevereiro de 2021**

EXERCÍCIO DE 2021

PORTARIA Nº 06/22 - SEPLAN
DE 24 DE JANEIRO DE 2022

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 26.01.2022, edição 018 - suplemento

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

- I - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
- II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
- III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
- IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO
- VI- DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 - PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	226.988.951,09	675.281.648,05	637.819.278,43	665.715.619,08	869.503.490,39	766.862.119,22	633.997.615,64	398.972.022,43	871.217.797,67	595.739.428,47	885.250.595,05	923.364.889,65	8.150.713.455,17	19.910.603,08
Pessoal Ativo	226.988.951,09	465.384.346,61	424.851.541,82	521.851.316,08	533.775.712,29	448.071.812,65	399.607.218,80	398.972.022,43	473.371.795,74	382.966.295,13	590.584.722,91	623.406.122,10	5.489.831.857,65	19.910.603,08
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	219.047.345,01	451.122.850,08	334.868.923,29	457.749.212,65	489.058.145,45	363.969.795,06	368.236.605,11	339.716.244,72	381.708.188,39	323.053.204,24	523.321.902,53	442.973.634,12	4.694.826.050,65	2.669.791,55
Obrigações Patronais	7.941.606,08	14.261.496,53	89.982.618,53	64.102.103,43	44.717.566,84	84.102.017,59	31.370.613,69	59.255.777,71	91.663.607,35	59.913.090,89	67.262.820,38	180.432.487,98	795.005.807,00	17.240.811,53
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	209.897.301,44	212.967.736,61	143.864.303,00	335.727.778,10	318.790.306,57	234.390.396,84	0,00	397.846.001,93	212.773.133,34	294.665.872,14	299.958.767,55	2.660.881.597,52	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	166.295.448,89	166.959.267,80	143.864.303,00	238.935.919,75	272.891.130,60	177.988.626,18	0,00	324.920.835,21	164.501.201,88	249.096.542,92	204.737.897,98	2.110.191.174,21	0,00
Pensões	0,00	43.601.852,55	46.008.468,81	0,00	96.791.858,35	45.899.175,97	56.401.770,66	0,00	72.925.166,72	48.271.931,46	45.569.329,22	95.220.869,57	550.690.423,31	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	178.462,42	154.274.042,40	156.124.674,40	138.436.624,86	204.952.588,93	275.294.011,20	139.391.344,07	2.465.193,92	347.832.650,70	178.012.005,32	231.018.794,44	214.485.770,43	2.042.466.163,09	1.159.896,23
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	228,50	8.815,58	0,00	30.730,67	72.700,69	64.797,41	35.416,95	65.081,40	70.866,58	38.493,56	73.438,93	43.715,50	504.285,77	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.170,04	5.170,04	4.448,85	4.448,85	12.897,54	4.448,85	4.378,83	4.378,83	3.926,47	3.926,47	3.926,47	3.926,47	61.047,71	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	173.063,88	1.176.034,92	754.379,23	3.918.760,58	2.548.144,48	2.333.634,34	1.696.299,46	2.395.733,69	2.301.925,92	3.908.780,24	4.143.763,68	4.184.488,34	29.535.008,76	1.159.896,23
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	153.084.021,86	155.365.846,32	134.482.684,76	202.318.846,22	272.891.130,60	137.655.248,83	0,00	345.455.931,73	174.060.805,05	226.797.665,36	210.253.640,12	2.012.365.820,85	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	226.810.488,67	521.007.605,65	481.694.604,03	527.278.994,22	664.550.901,46	491.568.108,02	494.606.271,57	396.506.828,51	523.385.146,97	417.727.423,15	654.231.800,61	708.879.119,22	6.108.247.292,08	18.750.706,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.243.585.084,87	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	588.874,32	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	5.254.419,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.237.741.791,55	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	6.126.997.998,93	33,60
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.936.493.477,86	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.489.668.803,97	46,55
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.042.844.130,07	44,10

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 24/01/2022; 17h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

1 - Para fins de apuração de limite, foram desconsideradas as despesas com Ajuda de Custo, conforme consta no Manual dos Demonstrativos Fiscais - MDF, página 491, e estão registradas no SIGEF nas naturezas 3.3.1.9.0.16.01 e 3.3.1.9.0.17.01 no valor de R\$ 301.705,39 - Poder Executivo

2 - Para fins de apuração de limite, foram consideradas em Despesas com Inativos e Pensionistas com recursos vinculados as despesas realizadas com os recursos transferidos a título de Cessão Onerosa do Pré-sal, arrecadados em 2019 mas com créditos gerados em 2020 à título de superávit financeiro.

2 - Para fins de apuração de limite, foram consideradas em Despesas com Inativos e Pensionistas com recursos vinculados as despesas realizadas com os recursos transferidos a título de Cessão Onerosa do Pré-sal, arrecadados em 2019 mas com créditos gerados em 2020 à título de superávit financeiro (Fonte 331). A dedução foi limitada ao total de recursos próprios do Fundo de Previdência adicionado ao total da receita com os recursos da Cessão Onerosa do Pré-Sal.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO BRASIL CENTRAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 - PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.647,38	37.227,35	22.052,14	63.861,16	57.119,65	48.222,75	52.785,48	49.346,82	64.258,86	49.218,69	60.195,72	79.604,56	609.540,56	0,00
Pessoal Ativo	25.647,38	37.227,35	22.052,14	63.861,16	57.119,65	48.222,75	52.785,48	49.346,82	64.258,86	49.218,69	60.195,72	79.604,56	609.540,56	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	25.647,38	31.550,12	16.694,08	58.251,88	49.558,49	38.506,75	42.561,70	38.770,76	54.799,41	37.958,35	50.365,66	56.310,89	500.975,47	0,00
Obrigações Patronais	0,00	5.677,23	5.358,06	5.609,28	7.561,16	9.716,00	10.223,78	10.576,06	9.459,45	11.260,34	9.830,06	23.293,67	108.565,09	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	25.647,38	37.227,35	22.052,14	63.861,16	57.119,65	48.222,75	52.785,48	49.346,82	64.258,86	49.218,69	60.195,72	79.604,56	609.540,56	0,00

FONTE: Fênix Softwares - BRC - CONS.INTER.DESENVOLV. BRASIL CENTRAL; 24/01/2022; 17h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Referente a execução orçamentária com Pessoal e Encargos resultando do contrato de rateio do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Brasil Central. Disponível em <http://www.brasilcentral.gov.br/acesso-a-informacao/>

Tabela 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 - PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Em reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.989.634.870,21	8.139.686.196,26	7.426.862.168,97	7.562.698.746,58
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.354.702.942,48	6.504.754.268,53	5.791.930.241,24	5.856.776.415,66
Empréstimos	5.384.770.648,49	5.567.523.775,05	4.891.834.291,77	4.987.508.895,52
Internos	3.566.864.810,20	3.470.098.867,52	3.488.113.090,52	3.466.840.196,46
Externos	1.817.905.838,29	2.097.424.907,53	1.403.721.201,25	1.520.668.699,06
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	969.932.293,99	929.561.069,56	892.750.949,47	861.922.520,14
Financiamentos	0,00	7.345.000,00	7.345.000,00	7.345.000,00
Internos	0,00	7.345.000,00	7.345.000,00	7.345.000,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	324.423,92	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	317.568,20	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	6.855,72	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.634.931.927,73	1.634.931.927,73	1.634.931.927,73	1.705.922.330,92
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.173.045.133,43	2.349.590.772,41	2.183.239.358,54	885.437.250,75
Disponibilidade de Caixa¹	1.157.762.593,77	2.334.308.232,75	2.167.956.818,88	863.351.567,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.799.684.368,16	2.645.421.769,80	2.400.946.402,18	1.597.105.667,16
(-) Restos a Pagar Processados	641.921.774,39	311.113.537,05	232.989.583,30	733.754.099,55
Demais Haveres Financeiros	15.282.539,66	15.282.539,66	15.282.539,66	22.085.683,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	6.816.589.736,78	5.790.095.423,85	5.243.622.810,43	6.677.261.495,83

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.314.807.210,65	17.138.766.778,45	17.566.231.640,94	18.243.585.084,87
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.000.000,00	0,00	420.740,00	588.874,32
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	16.312.807.210,65	17.138.766.778,45	17.565.810.900,94	18.242.996.210,55
% da DC sobre a RCL AJUSTADA(I/VI)	48,98	47,49	42,28	41,46
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	41,79	33,78	29,85	36,60
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	32.629.614.421,30	34.277.533.556,90	35.132.463.281,88	36.485.992.421,10
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	29.366.652.979,17	30.849.780.201,21	31.619.216.953,69	32.837.393.178,99

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	59.017,25	59.017,25
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	70.990.403,19	70.990.403,19	22.290,78	13.261,45
PASSIVO ATUARIAL	103.388.821.057,68	103.388.821.057,68	103.388.821.057,68	87.584.397.895,58
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00			
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	284.873.882,73	322.272.289,08	754.088.549,90	398.020.164,32
RP NÃO-PROCESSADOS	719.638.053,12	409.712.670,95	294.039.869,52	24.827.075,81
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	537.829.576,59	538.095.504,53	157.863.442,40	537.846.385,62

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 24/01/2022; 17h

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos"

NOTA:

A linha "Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios" compreende o total do saldo remanescente das Dívidas oriundas das leis 8.727/9.496 e DMLP

De acordo com o MDF, página 575, "o valor bruto da disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, representada pelo somatório de Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata. As disponibilidades de caixa do RPPS não devem ser incluídas neste item, uma vez que as dívidas e os haveres do RPPS não são considerados no cálculo da DCL".

Em "Demais haveres financeiros", não constam os demais haveres financeiros do RPPS. Não deverão ser incluídos nesta linha visto que o passivo atuarial não integra a dívida consolidada, conforme orientação do MDF página 576.

O "Depósitos e Consignações sem Contrapartida, bem como os RP não processados não contém as informações referentes ao RPPS, conforme indicado no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais publicado pela STN para o exercício de 2021.

Tabela 2.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>			<Exercício do terceiro período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>			<Terceiro período seguinte>		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (i-a)	(k) = (a)	(l)

Tabela 2.2

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente ²	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	210,00%	10,00%	10,00%	186,00%	209,00%	227,00%	207,00%	202,00%	222,00%	206,00%	199,00%	174,00%
% Limite de Endividamento												
Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	155,00%	129,00%	118,00%	118,13%	111,45%	115,24%	95,36%	86,61%	91,42%	73,17%	70,52%	74,97%
% Limite de Endividamento									45,71%			37,48%
Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	78,44%	60,34%	68,72%	60,32%	61,42%	64,55%	32,68%	30,78%	39,16%	32,68%	30,78%	41,12%
% Limite de Endividamento			34,36%			32,28%			23,70%			20,56%
Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	29,00%	30,28%	38,21%	28,85%	32,30%	51,68%	47,18%	39,10%	43,70%	47,18%	39,10%	43,70%
% Limite de Endividamento			19,10%			25,84%			30,08%			21,85%

Exercício Financeiro	2017			2018			2019			2020		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	33,16%	35,42%	43,77%	45,72%	46,90%	53,74%	41,22%	41,41%	44,56%	33,78%	29,85%	36,60%
% Limite de Endividamento	21,89%			26,87%			22,28%			18,30%		

Exercício Financeiro	2021			2022			2023			2024		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	41,79%	29,85%	36,60%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	59017,25%
% Limite de Endividamento	18,30%			0,00%			0,00%			0,00%		

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 24/01/2022; 17h

² O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

NOTA:

Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 - 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

Em reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	16.314.807.210,65	17.138.766.778,45	17.566.231.640,94	18.243.585.084,87
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.000.000,00	0,00	420.740,00	588.874,32
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	16.312.807.210,65	17.138.766.778,45	17.565.810.900,94	18.242.996.210,55
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.589.257.586,34	3.770.528.691,26	3.864.570.961,01	4.013.459.166,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.230.331.827,71	3.393.475.822,13	3.478.113.864,91	3.612.229.846,80

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 24/01/2022; 17h

NOTA:

Tabela 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 - PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Em reais

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	70.569.188,14	203.435.750,14
Interna	72.372.329,84	173.397.712,35
Empréstimos	72.372.329,84	173.397.712,35
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (I)		
Externa	-1.803.141,70	30.038.037,79
Empréstimos	-1.803.141,70	30.038.037,79
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (II)		
TOTAL (III)	70.569.188,14	203.435.750,14
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	-	%
	-	SOBRE
	VALOR	A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.243.585.084,87	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	588.874,32	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	18.242.996.210,55	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	203.435.750,14	1,12%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.918.879.393,69	16,00%

LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	2.626.991.454,32	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.277.009.734,74	7,00%

		VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	-		
Parcelamentos de Dívidas	-		
Tributos	-		
Contribuições Previdenciárias	-		
FGTS	-		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-		

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável: SEPLAN; 24/01/2022, 16h.

1 Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:

Tabela 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

ESTADO DO MARANHÃO – PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹ (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)		(h)		(i)	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.322.532.386,79	20.979.642,50	312.487.936,10	1.536.936,43	0,00	0,00	987.527.871,76	444.782.695,48	0,00	542.745.176,28
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	78.802.589,87	195.669,37	110.798.603,60	0,00	0,00	0,00	-32.191.683,10	62.646.533,18	0,00	-94.838.216,28
Transferências do FUNDEB 60%	27.418.712,49	0,00	1.407.457,35	0,00	0,00	0,00	26.011.255,14	14.105.002,79	0,00	11.906.252,35
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	76.240.504,10	0,00	877.374,34	0,00	0,00	0,00	75.363.129,76	6.030.886,42	0,00	69.332.243,34
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	296.143.850,39	16.737.895,78	141.914.757,26	362.397,09	0,00	0,00	137.128.800,26	137.128.800,26	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	92.601.180,34	17.906,33	1.435.032,97	0,00	0,00	0,00	91.148.241,04	23.650.887,90	0,00	67.497.353,14
Recursos Destinados à Assistência Social	4.361.561,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.361.561,68	513.381,36	0,00	3.848.180,32
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	105.879.702,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.879.702,23	0,00	0,00	105.879.702,23
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	117.645.422,38	4.026.362,92	2.826.436,05	0,00	0,00	0,00	110.792.623,41	30.602.252,14	0,00	80.190.371,27
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	151,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,46	0,00	0,00	151,46
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	523.438.711,85	1.808,10	53.228.274,53	1.174.539,34	0,00	0,00	469.034.089,88	170.104.951,43	0,00	298.929.138,45
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	380.452.982,60	11.718.549,95	414.196.955,95	737.613,84	0,00	0,00	-46.200.137,14	490.887.757,91	0,00	-537.087.895,05
Recursos Ordinários - Tesouro - 101	352.109.939,57	11.718.464,95	402.231.952,25	737.613,84	0,00	0,00	-62.578.091,47	479.875.776,80		-542.453.868,27
Outros Recursos não Vinculados	28.343.043,03	85,00	11.965.003,70	0,00	0,00	0,00	16.377.954,33	11.011.981,11	0,00	5.365.973,22
TOTAL (III) = (I + II)	1.702.985.369,39	32.698.192,45	726.684.892,05	2.274.550,27	0,00	0,00	941.327.734,62	935.670.453,39	0,00	5.657.281,23

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 24/01/2022; 14h

Nota:

Nota: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Nota: 2. De acordo com o MDF, página 639, a disponibilidade de caixa do Poder Executivo não contempla as informações da Defensoria Pública, cabendo a esta publicar seu próprio demonstrativo de Disponibilidade de Caixa;

Nota: 3. Na Disponibilidade Bruta de Caixa não estão incluídas as disponibilidades referentes a receita extraorçamentária por serem recursos de terceiros não pertencentes ao ente;

Nota: 4. A coluna Demais Obrigações Financeiras não apresenta os valores restituíveis (Depósitos, Cauções e Consignações) por não serem os valores correspondentes a sua disponibilidade financeira considerada na Disponibilidade Bruta de Caixa;

Nota: 5. Na Coluna Demais Obrigações Financeiras consta apenas os valores referentes ao Restos a Pagar processados que foram cancelados no exercício;

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, art. 48 - Anexo VII		Em reais	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		18.243.585.084,87	
Receita Corrente Líquida - Ajustada para os Cálculos de Endividamento		18.242.996.210,55	
Receita Corrente Líquida - Ajustada para os Cálculos dos Limites da Despesa com Pessoal		18.237.741.791,55	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		6.126.997.998,93	33,60
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>		8.936.493.477,86	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>		8.489.668.803,97	46,55
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <46,55%>		8.042.844.130,07	44,10
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		5.243.622.810,43	29,85
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		34.277.533.556,90	200,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		3.770.528.691,26	0,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		203.435.750,14	1,12%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.918.879.393,69	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.277.009.734,74	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	935.670.453,39	5.657.281,23	

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 24/01/2022; 17h